

Relatório de Monitorização
Novembro 2023

Ampliação da Mina Castelo Ventoso
Acompanhamento Arqueológico



Adelaide Pinto
João Maurício

23.386.AA



Sifucel
Sílicas

Ficha Técnica

Mina Castelo Ventoso
Acompanhamento Arqueológico

Os trabalhos de acompanhamento arqueológico encontram-se a decorrer no âmbito do projeto de ampliação da exploração da Mina Castelo Ventoso.

Os trabalhos encontram-se devidamente autorizados pela Direção Regional de Cultura do Alentejo (Inf.: 342/DSBC/2023).

A equipa afectada aos trabalhos arqueológicos foi a seguinte:

Coordenador do Projecto e Responsável Científico

Maria Adelaide Pinto

Trabalhos de Campo

Maria Adelaide Pinto e João Maurício

Realização de Relatório

Maria Adelaide Pinto

Torres Novas, 27 de novembro 2023

A arqueóloga responsável,

Maria Adelaide Pinto

Índice

1. Introdução	4
1.1. Projeto	4
1.2. Objetivos	5
1.3. Âmbito	5
1.4. Equipa Técnica/Calendarização	7
2. Antecedentes	7
3. Descrição do Programa de Monitorização	9
4. Resultados do Programa de Monitorização	10
5. Conclusões	14

Bibliografia

1. Introdução

No âmbito do projeto de exploração da Mina “Castelo Ventoso”, foram realizados trabalhos de acompanhamento arqueológicos, dando cumprimento à Declaração de Impacte Ambiental, que preconiza medidas de minimização/ potenciação / compensação, bem como a execução de um Programa de Monitorização.

Os trabalhos arqueológicos encontram-se, tutelados pela Direção Geral do Património Cultural (DGPC), enquadrando-se na tipologia de minimização de impactes, desenvolvendo-se de acordo com o preceituado na legislação em vigor (Decreto-Lei n.º 107/01 de 8 de Setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do Património Cultural; e Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de Julho, que aprova o regulamento de Trabalhos Arqueológicos, com as ratificações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 287/00 de 10 Novembro).

Com o presente relatório, pretende-se enunciar os trabalhos arqueológicos, desenvolvidos numa primeira visita de monitorização, integrando-se a informação fotográfica e gráfica, considerada relevante.

1.1. Projeto

Administrativamente localiza-se no distrito de Setúbal, Concelho de Alcácer do Sal e freguesia de Alcácer do Sal.

Cartograficamente insere-se na carta militar de Portugal, folha n.º 485 à escala 1:25000, podendo, o seu enquadramento geomorfológico ser analisado na carta geológica de Alcácer do Sal (39-C).

O projeto corresponde a ampliação de uma mina de areia siliciosa (sílica) /quartzítica, para a área norte da área já licenciada, em fase de projeto de execução.

A matéria-prima a explorar é de boa qualidade, e a sua utilização é essencialmente para vidros especiais tipos Flot, vidros brancos de alta gama e ainda para mármore compactos. Com o fabrico destes produtos, a empresa pretende responder às solicitações diárias deste tipo matéria-prima para exportação.

A atual concessão mineira apresenta uma área de 67.81 e a área de ampliação da concessão têm 191.84 hectares, totalizando assim uma área de concessão de 259.65 hectares.

A exploração desenvolve-se no Bloco A, pretendendo o licenciamento, ampliar a exploração para o Bloco D. O Bloco C destina-se a stockagem e armazenamento de produtos pré-acabados e o Bloco B, corresponde a uma área a ampliar, embora já se encontre licenciada.

1.2. Objetivos

Os trabalhos têm por objetivo o cumprimento das medidas de minimização preconizadas na DIA, a realizar em fase de exploração, de modo a minimizar eventuais impactes negativos que possam ocorrer sobre o fator património arqueológico, arquitetónico e etnográfico.

Para tal deve ser concretizado o seguinte planeamento:

- Contacto com o dono de obra uma vez por mês/arqueólogo responsável;
- Acompanhamento dos trabalhos de desmatção, decapagem e remoção de sedimentos, sempre que comunicado pelo dono de obra /arqueólogo responsável ou outro elemento da equipa;
- Monitorização anual.

1.3. Âmbito

A área em estudo integra-se numa das unidades morfo-estruturais do território português designada por Bacia Terciária do Tejo e Sado, e dentro desta, na Bacia Terciária do Sado. Consiste numa bacia de subsidência, na qual ocorreu uma sedimentação intensa, compensatória dos grandes movimentos de subsidência. Como consequência dos movimentos subsidentes e de alterações do nível do mar decorrentes nas últimas quatro glaciações do quaternário, desde o Oligocénico foi sendo afetada por alternância de ambientes continentais e marinhos. Deste modo, esta área apresenta uma sequência cronológica recente, desde formações da era Cenozóica (depositadas desde a transição do Miocénico ao Pliocénico (Terciário) até à atualidade.

A série inicia-se por afloramentos da formação da Marateca datada do Miocénico Superior, constituída por areias, pelitos e alguns conglomerados, de fácies continental, sucedendo-lhe o Quaternário, e as formações do Holocénico (dunas e formações aluvionares).

Esta região apresenta um relevo pouco expressivo, sendo a sua maior área ocupada pela planície litoral do baixo Sado, formada na sua maioria por areias Holocénicas, onde principalmente em alguns vales e altitudes mais elevadas, aflora por erosão dos materiais mais recentes, a Formação Marateca (Miocénico superior).

A rede hidrográfica é constituída na sua maioria por velas e ribeiras pouco encaixadas com drenagem para o Estuário do Sado, é muitas vezes de carácter temporário, assentando sobre materiais arenosos, muito permeáveis.

As características do meio físico vão sem dúvida refletir-se na seleção dos espaços onde as comunidades humanas se estabeleceram e desenvolveram as suas atividades.

Assim a análise de geomorfologia de uma região é fundamental na interpretação das estratégias de povoamento e consequentemente na adoção de metodologias de trabalho de prospeção.

A presença humana na região encontra-se atestada na toponímia, em designações como “Quinta da Fonte”, “Monte Alto”, “Albergaria”, “Casal da Mata”, “Monte Catarino”, “Albergaria”, “Guarda de Valverde”, “Castelo Ventoso”.

Outros topónimos como “Poço Julião”, “Poço Arneiro”, “Fonte das Abelhas”, corroboram a presença humana na região e as suas atividades ligadas a exploração dos recursos hídricos.

Do ponto de vista histórico-arqueológico, Alcácer do Sal é uma cidade histórica, debruçando-se em anfiteatro sobre o rio Sado, povoada de velhos bairros medievais e encimada por um castelo de base muçulmana” (www.cm-alcacerdosal.pt).

De facto, a presença humana na região agora ocupada por Alcácer do Sal, remontam ao Paleolítico, no entanto é do Período Mesolítico e do Neolítico, que nos chegam os primeiros povoados conhecidos, com uma economia baseada no aproveitamento dos recursos estuarinos, destacando-se os arqueosítios na região da Comporta. O fenómeno Megalítico está também presente, quer na área urbana de Alcácer, quer em outros locais mais interiores. A necessidade dos primeiros sistemas defensivos que levam à emergência de povoados fortificados, vai igualmente sentir-se na região, onde se destaca o “Monte da Tumba” no Torrão.

Alcácer do Sal vai assumir no decurso da Idade do Ferro uma grade importância, ela é sede de uma estrutura “proto-estatal” (Bevipo), incluída na economia do Mediterrâneo. A Feitoria de “Abul”, vai ser controlada por comerciantes e colonos Fenícios, introduzindo uma cultura “orientalizante.

Em época romana Alcácer recebe a denominação de Salacia, continuando a ser o comércio oceânico o pólo da economia da região. Com a passagem para o Baixo-império e a reorganização do Império, Salácia perde importância a favor de outras estruturas como Lisboa e Setúbal.

Após conquista Islâmica do Reino Visigótico, Alcácer do Sal, vai novamente assumir grande importância, chamando-se “al-Qasr”, estendendo a sua influência até Lisboa. Em contexto Almorávida, al-Qasr torna-se sede de uma região administrativa que se estende do litoral Atlântico até Cáceres e Trujillo.

Em 1160 Alcácer é conquistada, mas a presença Islâmica irá durar até 1217, altura em que é definitivamente tomada pelos portugueses. Em 1218 D. Afonso II concede-lhe foral, confiando a sua posse à Ordem de Santiago, que domina toda esta região durante séculos.

A diacronia de ocupação do espaço desta região está atestada na totalidade no seu Castelo, classificado como Monumento Nacional, e alvo de trabalhos de investigação á várias décadas. No âmbito dos trabalhos de adaptação deste edifício a pousada, foram realizados trabalhos arqueológicos na década de 90, que permitiram identificar ocupações humanas, desde a Idade do Ferro à época Contemporânea, associadas a um vasto conjunto material, denunciando a importância deste local (www.dgpc.pt).

Reduzindo a análise para a área geográfica envolvente ao projecto em causa, observam-se 10 ocorrências arqueológicas, de diferentes cronologias e com clara associação a uma linha de água subsidiária do Sado. Estas ocorrências foram inventariadas, na sua maioria, no âmbito de estudos de impacte ambiental relacionados com dois empreendimentos turísticos. De facto, exceptuando o sítio "Arapouca 2", que corresponde a um forno de produção de dollia e dressel 14, os restantes foram inventariados nos trabalhos atrás referidos, o que denuncia claramente a necessidade do desenvolvimento de prospecções dirigidas e sistemáticas. Referimos assim, pela proximidade as ocorrências: "Arez 8" um habitat Mesolítico/Neolítico; "Passagem da Ribeira 1", "Mirasobral 1", "Barragem do Tralhão 1" de cronologia romana; "Arez 6 e 5" classificados como casais rústicos da Baixa Idade Média/Moderno e "Mirasobral 3", "Arez 2", "Arez 1" de cronologia indeterminada (www.dgpc.pt).

1.4. Equipa Técnica/Calendarização

Os trabalhos arqueológicos foram executados sob a orientação científica da signatária. Na tabela abaixo encontra-se a sua indicação nominal:

Nome	Qualificações	Função
Maria Adelaide Pinto	Arqueóloga	Responsável científica/Trabalho de campo
João Maurício	Arqueólogo/Espeleólogo	Trabalho de campo

A coordenação do projeto está a cargo de Adelaide Pinto e João Maurício, como representantes da entidade enquadrante.

Não decorreram trabalhos de acompanhamento arqueológico programado, sendo que a primeira monitorização ocorreu durante o mês de novembro de 2023.

2. Antecedentes

No âmbito do procedimento de avaliação ambiental, o descritor património, contemplou trabalhos de prospeção arqueológica sistemática de toda a área do projeto, tendo sido emitido o respetivo relatório final, entregue e aprovado pela DRCA. Paralelamente a Declaração de Impacte Ambiental, preconizou as seguintes medidas de minimização:

Medidas de minimização / potenciação / compensação

31. Avisar a equipa de acompanhamento arqueológico do início de cada fase de desmatação com uma antecedência mínima de 8 dias.

32. *Assegurar o acompanhamento arqueológico integral, permanente e presencial das fases de desmatagem e decapagem superficial do terreno e de todas as etapas de exploração que consistam na mobilização de sedimentos (escavação, revolvimento, deposição e aterro), até se atingirem níveis arqueologicamente estéreis.*
33. *Realizar o acompanhamento também nas zonas de depósito de pargas e de stock e no caso de ser necessário proceder à abertura de novos caminhos.*
34. *Desenvolver estes trabalhos, de acordo com o número de frentes, por um arqueólogo ou uma equipa devidamente credenciada para o efeito pela Tutela do Património, e com experiência comprovada em trabalhos semelhantes.*
35. *Os resultados obtidos no decurso do acompanhamento arqueológico poderão determinar a adoção de medidas de minimização específicas/complementares (registo documental, sondagens, Tutela do Património, e, só após a sua aprovação, é que serão implementadas.*
36. *Sempre que forem identificados vestígios arqueológicos durante a exploração da mina, a exploração será suspensa nesse local e ser de imediato comunicado ao organismo da tutela do Património Cultural para que se proceda à avaliação dos vestígios e se determinem as medidas de minimização.*
37. *Se a afetação direta de um sítio (total ou parcial) depois de devidamente justificada, for considerada como inevitável, deverá ficar expressamente garantida a salvaguarda pelo registo da totalidade dos vestígios e contextos a afetar, através da escavação arqueológica integral.*
38. *Colocar em depósito credenciado pelo organismo de tutela do Património, os achados móveis efetuados no decurso do acompanhamento arqueológico.*

Ainda, no âmbito do cumprimento da DIA, deve ser implantado um programa de monitorização do Património (ponto 6), este programa interliga-se com a medida de acompanhamento arqueológico atrás referido, tendo por isso sido realizado em simultâneo.

3. Descrição do Programa de Monitorização

Acompanhamento Arqueológico

Numa fase prévia ao início dos trabalhos de acompanhamento arqueológico e com o objetivo de armazenar o máximo de informação sobre o património cultural existente na área em estudo, foram desenvolvidos trabalhos de recolha bibliográfica, a par da análise cartográfica existente.

Durante o acompanhamento, foi preenchida uma “Ficha de Acompanhamento Arqueológico” onde serão registados os seguintes elementos:

- Registo do desenvolvimento dos trabalhos;
- Registo de todas as realidades identificadas;
- Caracterização dos depósitos estratigráficos;
- Classificação dos materiais arqueológicos;
- Localização e descrição de estruturas.

Todos os materiais recolhidos serão devidamente tratados (lavagem e marcação), individualizados e inventariados, sendo os mais significativos desenhados e fotografados, no entanto nesta 1.ª fase de trabalhos não foram identificados quaisquer materiais arqueológicos.

Os principais aspetos da obra foram registados fotograficamente.

Serão igualmente desenhados todos os cortes estratigráficos e planos de depósitos com interesse arqueológico, caso venham a ser identificados.

Assume-se a responsabilidade de contactar as diferentes entidades intervenientes sempre que surjam níveis arqueológicos preservados, estruturas ou materiais significativos, que justifiquem a necessidade de medidas de minimização extraordinárias e/ou a interrupção da obra.

Sempre que ocorram trabalhos de obra significativos o arqueólogo responsável irá realizar um relatório de progresso, que fará o ponto de situação, sendo assim enviado às entidades competentes.

O Relatório Final, será elaborado de acordo com o disposto no artigo 14.º do Decreto – Lei 164/14 de 4 de novembro. O referido relatório será realizado mediante a seguinte estrutura:

- Relatório Base (consiste no resumo de toda a informação relevante);
- Anexos Técnicos (descrições mais pormenorizadas dos vários assuntos e peças desenhadas).

4. Resultados do Programa de Monitorização

Os resultados apresentados dizem respeito a apenas um dia de trabalho, correspondente à monitorização anual.

De modo a tentar perceber qual o estado atual da área objeto de estudo, e avaliar o grau de afetação da exploração, foram realizados trabalhos de observação e prospeção arqueológica em toda a área do projeto, de ampliação. Com estes trabalhos pretendeu-se ainda, minimizar eventuais impactes, sobre património arqueológico, desconhecido.

A Mina de Castelo Ventoso, encontra-se organizada em diferentes blocos (ver imagem 1):

- Bloco A, corresponde a atual área da mina concessionada, que se encontra em exploração;
- Bloco B, correspondente a uma zona a ampliar da área já concessionada, e caracteriza-se por ser uma área de Pinhal, com coberto vegetal rasteiro;
- Bloco C, corresponde a uma pequena área a usar como stokagem de produtos pré-acabados, numa zona já completamente alterada à superfície;
- Bloco D, localizado entre a linha do caminho-de-ferro e a A2, corresponde à área de ampliação da concessão, com 191,84 hectares.

A área correspondente ao Bloco D, pela sua elevada dimensão, apresenta distintas características no que respeita ao coberto vegetal, com manchas de eucaliptal e pinhal, com vegetação rasteira mais ou menos densa, o que condicionou/facilitou os trabalhos de prospeção arqueológica na fase de avaliação ambiental. Nesta fase, verificou-se ainda, a existência de uma pequena área, onde já tinham sido realizados trabalhos de decapagem superficial e início de exploração.

A presente monitorização, vai assim incidir especialmente, sobre o Bloco D (área de ampliação, objeto da DIA).

Na imagem seguinte, apresenta-se uma síntese ilustrativa do estado atual de cada Bloco.



Imagem 1 - Implantação do projeto no ortofotomapa e aspectos distintos do seu estado atual dos diferentes Blocos.

Tal como foi referido os trabalhos arqueológicos, incidiram na área de atual exploração, tendo-se desenvolvido trabalhos de prospeção, nas áreas, onde se verificou terem ocorrido trabalhos de desmatação, decapagem e escavação.

A evolução da exploração desenrolou-se para Este e para Sul, aumentando a área já existente em dimensão, embora também tenha ocorrido alteração a nível da profundidade. As prospeções permitiram observar, quer sob a camada de coberto vegetal superficial, segue-se um espesso depósito dunar, onde por vezes aflora o Miocénico.

Não foram identificados quaisquer vestígios arqueológicos.

Na imagem, ilustra-se o estado atual da evolução da exploração da Mina de Castelo Ventoso.



Imagem 2 – Imagem ilustrativa do estado atual da exploração (polígono amarelo)

5. Conclusões

Genericamente, as ações geradoras de impactes no âmbito arqueológico, centram-se na Fase de Construção/Exploração do projeto. Estas intervenções são: a desmatização, a intrusão no subsolo, nomeadamente, a movimentação e revolvimento de terras, a abertura de acessos e a implantação de zonas de descarga e entulhamento de materiais residuais, provenientes da exploração da mina.

Tendo em consideração o observado, considera-se que as ações de exploração efetuadas, não interferiram direta ou indiretamente com elementos de valor patrimonial conhecidos sendo o potencial arqueológico nulo, não tendo resultando desta forma, em impactes negativos.

Considera-se concretizada a monitorização anual, respeitante ao património.

Apresenta-se de seguida o planeamento dos trabalhos futuros, no seguimento do preconizado na DIA:

- Contacto periódico com o responsável técnico da mina;
- Acompanhamento de trabalhos de desmatização, terraplanagem e escavação, da restante área de ampliação, que ainda não sofreu afetação do subsolo, sempre que contactado pelo proponente;
- Trabalhos de prospeção arqueológica prévia, nas áreas classificadas com reduzida/média visibilidade do solo, a desenvolver na fase de acompanhamento;
- Monitorização anual, a implementar durante o ano de 2024, caso não ocorram trabalhos de acompanhamento arqueológico, durante as fases referidas anteriormente.

Bibliografia

FARIA, António José Marques de (1992) - Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal. In VÍPASCA. Aljustrel.

SILVA, Carlos Tavares da e SOARES, Joaquina (1980) - Castelo de Alcácer do Sal. In Descobertas Arqueológicas no Sul de Portugal. Lisboa. Centro de História da Universidade de Lisboa.

PAIXÃO, António Manuel Cavaleiro, FARIA, João Carlos Lázaro e CARVALHO, António Rafael (2001) - Contributo para o estudo da ocupação muçulmana no Castelo de Alcácer do Sal: O Convento de Aracoelli. In Arqueologia Medieval. Porto/Mértola. 7.

FERREIRA, Carlos Jorge Alves, LOURENÇO, Fernando Severino, SILVA, Carlos Tavares da e SOUSA, Paula (1993). Património Arqueológico do Distrito de Setúbal. Subsídios para uma carta arqueológica. Setúbal: Associação de Municípios do Distrito de Setúbal.

Carta Militar de Portugal, à escala 1:25000 n.º 485

Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50000 39-C

<http://www.dgpc.pt/>

<http://www.monumentos.pt/>

<http://www.cm-alcacerdosal.pt/>

Modelo de Ficha Resumo que acompanha o Relatório de Monitorização

Parte A

Dados Gerais do Relatório

Denominação do RM ^(a)	Monitorização Ambiental da Mina de Castelo Ventoso	
Empresa ou entidade que elaborou o RM	Inloco, Arqueologia, Lda	
Data emissão do RM	27 /11 /23	Relatório Final ^(b) <input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Período de Monitorização a que se reporta o RM	Novembro 2023	

Identificação do Proponente, da Autoridade de AIA e da Entidade Licenciadora

Proponente	Sifucel Sílicas, Lda
Autoridade de AIA	<input checked="" type="checkbox"/> Agência Portuguesa do Ambiente <input type="checkbox"/> Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional _____
Entidade Licenciadora	DGEG - Direcção-Geral de Energia e Geologia

Dados do Projeto

Designação ^(c)	Ampliação da Mina de Castelo Ventoso
Procedimento de AIA	AIA N.º 3503
Procedimento de RECAPE ^(d)	RECAPE N.º _____
Nº de Pós-avaliação ^(e)	PA N.º 926
Áreas Sensíveis ^(f)	O projeto não se insere em área sensível
Principais características do Projeto e projetos associados ^(g)	O projeto consiste na ampliação da área de concessão C-114 para exploração de areias especiais (sílica/quartzo) e caulino, destinados à indústria vidreira, cerâmica, de tintas, alimentar e de fundição e na introdução de novos equipamentos para beneficiação dos minerais extraídos. Prevê-se, assim, a ampliação da exploração de depósitos minerais de caulino e areias siliciosas com aproveitamento integral dos recursos geológicos existente no local, estimando-se a existência de cerca de 33.979.426 t de material tal qual, compostos por 20% caulino, 30% areias siliciosas e 50% areias comuns, o que, com uma produção anual média de 1 .000.000 t, permitir uma vida útil ao projeto de 34 anos

Fatores ambientais considerados no Relatório de Monitorização ^(h)

<input type="checkbox"/> Socioeconomia	<input type="checkbox"/> Solos/uso de solos	<input type="checkbox"/> Paisagem	<input checked="" type="checkbox"/> Património
<input type="checkbox"/> Qualidade do Ar	<input type="checkbox"/> Flora/Vegetação	<input type="checkbox"/> Fauna	<input type="checkbox"/> Ruído
<input type="checkbox"/> Recursos Hídricos	<input type="checkbox"/> Outro _____		

Parte B			
Denominação do RM ⁽¹⁾			
Dados do Relatório de Monitorização por Fator Ambiental			
Fator Ambiental ⁽²⁾ Património arqueológico, arquitetónico e etnográfico			
Versão em Vigor do Programa de Monitorização ⁽³⁾	X DIA <input type="checkbox"/> DCAPE <input type="checkbox"/> _____ ____/____/____		
Objetivos da Monitorização ⁽⁴⁾	1. Os trabalhos têm por objetivo o cumprimento das medidas de minimização preconizadas na DIA, a realizar em fase de exploração, de modo a minimizar eventuais impactes negativos que possam ocorrer sobre o fator património arqueológico, arquitetónico e etnográfico.		
	2.		
	3.		
	4.		
	5.		
(...)			
Fase do Projeto ⁽⁵⁾	<input type="checkbox"/> Pré-construção <input type="checkbox"/> Construção X Exploração <input type="checkbox"/> Desativação		
Período da Monitorização	Novembro 2023		
Parâmetros, N.º de Pontos e Periodicidade de Amostragem	Parâmetros	N.º de Pontos de Amostragem ⁽⁶⁾	Periodicidade
Principais Resultados da Monitorização ⁽⁷⁾	<p>Os trabalhos arqueológicos, incidiram na área de atual exploração, tendo-se desenvolvido trabalhos de prospeção, nas áreas, onde se verificou terem ocorrido trabalhos de desmatagem, decapagem e escavação.</p> <p>A evolução da exploração desenrolou-se para Este e para Sul, aumentando a área já existente em dimensão, embora também tenha ocorrido alteração a nível da profundidade. As prospeções permitiram observar, quer sob a camada de coberto vegetal superficial, segue-se um espesso depósito dunar, onde por vezes aflora o Miocénico.</p> <p>Tendo em consideração o observado, considera-se que as ações de exploração efetuadas, não interferiram direta ou indiretamente com elementos de valor patrimonial conhecidos sendo o potencial arqueológico nulo, não tendo resultando desta forma, em impactes negativos.</p>		

CONCLUSÕES	
Eficácia das condicionantes e medidas de minimização e compensação ⁽⁸⁾	Consideram-se eficazes visto não terem sido afetados quaisquer valores patrimoniais
Proposta de novas medidas, alteração ou suspensão de medidas ⁽⁹⁾	Não se propõem outras medidas para além das já preconizadas na DIA
Recomendações ⁽¹⁰⁾	Dar cumprimento à medida de acompanhamento arqueológico de acordo com o preconizado na DIA
Conclusões globais para o caso de RM Final ⁽¹¹⁾	n/a
Proposta de Programa de Monitorização	<input checked="" type="checkbox"/> Manutenção
	<input type="checkbox"/> Alteração ⁽¹²⁾
	1.
	2.
	3.
	(...)
	<input type="checkbox"/> Cessação
	Fundamentos que sustentam a proposta ⁽¹³⁾
1.	
2.	
3.	
(...)	

21 de dezembro 2023



Assinatura do responsável